

Surpresa em Nova York: ainda não há acordo com os banqueiros.

Os banqueiros estão jogando mais duro do que o governo imaginava. O ministro João Sayad chegou a anunciar a prorrogação por um ano das linhas de crédito de curto prazo. Mas, ontem à noite, o presidente do BC, Fernão Bracher, ainda não tinha conseguido nada. As negociações continuam.

O Brasil e os bancos internacionais, após oito horas de reunião, não conseguiram concluir ontem suas difíceis negociações em torno da dívida externa brasileira.

As conversações prosseguem hoje e podem estender-se até amanhã, segundo informou o presidente do Banco Central do Brasil, Fernão Bracher, à saída do Citicorp Center. Bracher foi obrigado a desfazer a bagagem, que já estava no porta-malas do automóvel que o levaria ao aeroporto, de volta ao Brasil. O Citibank anunciou ontem à noite que só divulgaria um comunicado na tarde de amanhã.

Bracher disse que "bons progressos" foram alcançados ontem, mas que "uma série de pontos ainda estão em aberto" e serão apresentados hoje por escrito ao comitê de 14 bancos que assessoram o Brasil nas negociações.

Bracher não quis confirmar notícias procedentes do Brasil, e dadas por banqueiros norte-americanos, segundo as quais já estariam praticamente acertadas as bases do acordo para a rolagem do principal da dívida vencida em 1985 e a vencer em 1986 e a renovação por um ano ou até março de 1987, das linhas de créditos comerciais e interbancários. O velho contrato com os bancos, que já foi prorrogado três vezes, venceu ontem e até segunda-feira a situação tem de ser definida pelas partes.

Bracher afirmou que os bancos continuam insistindo em que o país aceite os ponteiros com o Fundo Monetário Internacional, embora, disse ele, "o país esteja numa situação ímpar". Para os bancos que têm devedores em todo o mundo, o FMI representa um denominador comum, afirmou o presidente do Banco Central.

"Sim qualificado"

Quando lhe perguntaram se o Brasil diria sim ao fundo, finalmente, Bracher respondeu que o Brasil sempre disse sim ao FMI, mas um sim qualificado. O Brasil enviou os documentos ao Fundo e o Fundo se manifestou, explicou.

Bracher precisou usar toda a sua experiência de banqueiro — e não vacilou em recorrer a argumentos políticos e emocionais — para

tentar extrair algumas concessões. As linhas do acordo que se definiam até ontem, contudo, não parecem satisfazer às pretensões iniciais do governo.

Bracher sentiu-se obrigado a dizer aos banqueiros, no primeiro encontro com o Comitê de Assessoramento, na quinta-feira, que não aceitaria nada que ferisse a imagem creditícia do País e nenhuma renovação de acordo de crédito por prazo tão exíguo que comprometesse sua posição de negociador.

O Brasil, através de Bracher, havia projetado apresentar um plano de reescalonamento plurianual aos banqueiros. Mas, ao testar a idéia em encontros preliminares com bancos importantes, na semana passada e nesta, percebeu que não havia clima para isso. Na reunião de quinta-feira, lamentou que fosse assim.

O País precisa de tempo, Bracher insinuou, para colocar a casa política em ordem. Este é um ano difícil, em que se desenhará o futuro constitucional do País. Eleições aproximam-se.

O Brasil precisa de pelo menos um ano para definir de maneira mais duradoura suas relações com a comunidade financeira internacional, mas os bancos, o governo norte-americano, e principalmente o enérgico presidente da Reserva Federal dos Estados Unidos, Paul Volcker, continuam exigindo que o País tenha alguma forma de relacionamento formal com o FMI, afirmou Bracher numa entrevista ao JT.

FMI e Resolução nº 63

O acerto, segundo um banqueiro, ficou emperrado por causa das relações do País com o Fundo, e da questão das operações 63 com os bancos brasileiros. Segundo Bracher, a segunda questão foi ventilada com menor ênfase ontem. Mas, antes, os bancos norte-americanos esperavam saber como ficaria o resarcimento das instituições que realizaram operações 63 com os bancos brasileiros liquidados pelo governo — Comind, Auxiliar e Maisonneuve. Alguns bancos reclamam do fato de que o governo devolveu prontamente, através do Banco do Brasil, o dinheiro depositado por

bancos estrangeiros nas agências de Nova York das instituições liquidadas.

Argumentam os queixosos que esse dinheiro, embora de curto prazo, deveria fazer parte da massa familiar e ser distribuído entre todos os credores. Um banqueiro comentou ser verdade, como havia declarado o ministro Dílson Funaro, que na opinião de um grande banco norte-americano — o Morgan — o governo estava certo em não pagar tudo aos credores daquelas instituições, por terem assumido um risco normal no mundo dos negócios. Mas lembra a fonte que o Morgan não tinha recursos aplicados com os liquidados. Outros bancos parecem satisfeitos porque receberam a parte que lhes cabia dos depósitos a curto prazo nas agências de Nova York.

"Um ano já é demais"

Ontem de manhã, Bracher já não esperava obter mais do que um ano para a manutenção das linhas de curto prazo nas agências dos bancos brasileiros no Exterior. Um banqueiro comentou que um ano já é demais para o caso dos depósitos interbancários, hoje situados um pouco acima de cinco bilhões de dólares. "Isso não é depósito, é empréstimo", disse. O fato de não estar vivendo período de iliquidez dá ao Brasil alguma vantagem.

Por exemplo, bancos norte-americanos comentam que o Banco do Brasil faz campanha violenta para reduzir os spreads cobrados pelos bancos estrangeiros nas linhas de curto prazo. Há bancos brasileiros pagando até dois pontos de porcentagem acima da taxa básica, mas o BB está querendo conseguir meio ponto apenas. Quando os bancos ameaçam retirar seus depósitos, o BB responde: "Pode retirar", sabendo que os credores preferem o banco oficial aos bancos privados, especialmente depois do que ocorreu com as instituições liquidadas.

O presidente do Banco Central, Fernão Bracher, sentia-se ontem meio amargo com os credores. Disse ao Jornal da Tarde que eles apresentam o tratamento caso por caso, mas não agem assim. "Na realidade", afirmou, "há um cartel de cre-

dores que resolve tudo do mesmo jeito. Dizem 'tomem essa emulsão de Scott' e acabou. Esta é a receita do sistema".

— O FMI é a única instituição em que os credores confiam — disse Bracher. Mas a seu ver, o Fundo não tem como solucionar o problema de um país como o Brasil. O próprio Jacques de Larosière, diretor-gerente do FMI, explicou Bracher, preveniu o governo sobre as dificuldades de se pronunciar sobre a situação de alguns membros porque tinha instruções da diretoria-executiva para não transformar o Fundo numa rating agency.

A posição dos EUA

Mesmo consultas anuais, com base no artigo 4º, não deveriam servir de mecanismo de avaliação colocado à disposição dos credores, afirmou Bracher. "Quem quer que seja assim são os Estados Unidos. O resto do mundo teme o uso do artigo 4º como fonte de informação, porque transforma o FMI numa agência de graduação", afirma Bracher.

— Está aí o governo norte-americano tratando de colocar ordem no mundo. Um instrumento de que dispõe é o FMI, e o FMI não foi feito para isso, embora possa evoluir para isso — disse o presidente do Banco Central.

Bracher afirmou ainda ser preciso "achar junto com o Fundo um jeito de cooperar 'conosco'. Além dos seus instrumentos chaves — como os acordos contingentes e ampliados —, o FMI desenvolveu também outros mecanismos, como a supervisão ampliada ou monitoramento.

— Gostaria que caminhássemos para achar o tipo de cooperação com o Fundo, adequada ao caso do Brasil, como se descobriu para a Colômbia, para a Venezuela e a República Dominicana — afirmou.

Algumas dessas opiniões e críticas, Bracher pretende apresentar a uma audiência de banqueiros em Londres, na segunda-feira, dia 27. William Rhodes, chefe do comitê de bancos que assessoram o Brasil, também deverá estar lá.

A.M. Pimenta Neves
E. Eliane Gamal, De Nova York



Fernão Bracher